

NAS BANCAS



Estudo sugere práticas pedagógicas no combate a distúrbios de aprendizagem

RAQUEL DO CARMO SANTOS
kel@unicamp.br

Criança inquieta, hiperativa, disléxica ou com distúrbios de aprendizagem no ensino fundamental é um problema cada vez mais comum. Começa com queixas de professores e de coordenadores escolares e, depois de o problema chegar à família, vem o diagnóstico médico: dislexia, hiperatividade ou outro problema relacionado. A educadora Ynyah Souza de Araújo Teixeira sentiu na pele o problema: teve quatro filhos com distúrbios de aprendizagem na fase escolar.

Dislexia e hiperatividade estão entre os problemas

“Foi um processo longo e traumático, com encaminhamentos a neurologistas, fonoaudiólogos, pedagogas, psicólogos e fonoatras. Todos indicavam a necessidade de terapias, exames e medicamentos para tentar contornar a situação. Eu indagava se os problemas eram dos meus filhos ou se era a escola que os criava”, conta. Ynyah decidiu então buscar no curso de Pedagogia elementos que esclarecessem o dilema. Ela não só conseguiu mudar a própria história – todos os filhos cursaram universidade pública – como também relatou, em sua dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Médicas (FCM), junto ao Programa de Saúde da Criança e do Adolescente, histórias de crianças que sofreram e sofrem esse processo.

A pesquisa aborda as possibi-



Foto: Antoninho Perri

A educadora Ynyah Souza de Araújo Teixeira, autora da dissertação: experiência pessoal vira pesquisa

lidades de essas crianças superarem histórias de fracasso escolar por meio da adoção de práticas pedagógicas adequadas por parte da escola. Atualmente, Ynyah é professora de uma instituição particular de ensino, transformando em pesquisa o que viveu na sua experiência como mãe e professora.

“Acredito no enfrentamento da medicalização pelo trabalho pedagógico. Sei que os relatos podem ajudar muitas pessoas que estão passando pela mesma situação”, observa. Orientada pela profes-

sa Maria Aparecida Affonso Moyses, ela entrevistou professores, pais e alunos do sexto ao nono ano do ensino fundamental do colégio em que leciona. Todas as crianças entrevistadas sofriam um processo de medicalização, ou seja, tratava-se de alunos diagnosticados e rotulados como portadores de algum distúrbio ou doença que impediam a aprendizagem e que foram encaminhadas para profissionais da área da saúde.

Segundo Ynyah, há uma transferência de responsabilidades,

pois o problema passa a ser da criança e, conseqüentemente, da família. “A escola transfere sua responsabilidade e à criança não resta alternativa a não ser incorporar a doença. A criança é estigmatizada, o que acarreta muitos outros problemas, inclusive de auto-estima, pois acredita que suas dificuldades de aprendizagem são conseqüência de suas limitações pessoais”, alerta.

Os diagnósticos e rótulos na escola, explica a professora, muitas vezes estão ligados ao fato de o aluno possuir letra ilegível, erros de português, não parar quieto ou ser indisciplinado. A pesquisadora não ignora o fato de que existam crianças que precisam de acompanhamento, mas questiona os modismos criados em torno da situação. “Qualquer problema detectado na escola é encarado como distúrbio, como doença da criança. Já se cristalizaram algumas “verdades” que precisam ser revistas. É preciso abrir novos caminhos para as soluções”, acredita.

Um exemplo é que nas entrevistas com os professores, ela identificou olhares diferentes em relação ao mesmo problema. Muitos enxergavam as possibilidades do aluno e não, apenas, seus impedimentos. “A postura desses professores foi determinante para a resposta da criança”, destaca. Nos três casos analisados pela pedagoga, ela acredita que esta postura foi importante para as crianças vivenciarem histórias de sucesso, inclusive passar em processo seletivo para o ensino médio, o chamado vestibulinho.



Foto: Divulgação

Luiz Fabiano Bortolo: estudo reafirma a importância da amamentação exclusiva até o sexto mês

Pesquisa conclui que amamentação pode prevenir problemas ortodônticos

Amamentação é importante não só para a saúde geral do bebê. É também uma forma de prevenção de problemas ortodônticos no futuro. Foi o que apontou uma pesquisa desenvolvida por Luiz Fabiano Bortolo na Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP). O estudo constatou que, de 123 crianças que tiveram amamentação exclusiva por mais de seis meses, 74 não apresentaram problemas com maloclusão, ou seja, mordida cruzada, aberta ou sobre mordida.

A avaliação, orientada pelo professor Marcelo de Castro Meneghim, foi feita em 332 crianças de 6 a 7 anos de escolas municipais e particulares, em Adamantina, Estado de São Paulo. O tempo em que as crianças foram amamentadas não representou resultados significativos. Mas foi na tabela que relacionou o tipo, se exclusivo ou não, que a pesquisa encontrou significância. “As crianças que mamaram no peito, mas também tomavam mamadeira ou ingeriam outro tipo de alimento, apresentaram problemas ortodônticos”, esclarece Bortolo.

Segundo o ortodontista, o estudo reafirma a importância da amamentação exclusiva até o sexto mês da criança. Ela tem um papel fundamental no desenvolvimento das estruturas da face, como ossos, músculos e oclusão dentária. O movimento de ordenha ao amamentar estimula a musculatura, previne a maloclusão dentária e estimula a respiração nasal. (R.C.S.)

Dissertação aborda fronteiras de gênero no ensino fundamental

Há uma fase na vida das crianças em que a disputa entre meninos e meninas é visível. Mas, afinal, em quais espaços essas diferenças são mais acentuadas? Uma pesquisa etnográfica desenvolvida pela professora de Educação Física Simone Cecília Fernandes trouxe à tona a discussão sobre gênero nas séries iniciais do ensino fundamental.

Na dissertação de mestrado, apresentada na Faculdade de Educação Física e orientada pelo professor Jocimar Daolio, Simone apurou que longe dos olhares dos professores, coordenadores ou inspetores, as crianças não reproduzem as fronteiras entre masculino e feminino. Ela tomou como objeto de estudo uma escola pública de Campinas e, nas aulas de Educação Física, avaliou o comportamento das garotas e garotos em situações que estavam, de alguma maneira, desobrigadas das normas disciplinares.

“Quando estavam em atividades dirigidas, as crianças esboçavam sentidos fronteiriços. No entanto, quando estavam distantes das situações institucionalizadas, elas interagiam entre si, sem expressar essas fronteiras”, concluiu a pesquisa. Em três momentos diferentes, a professora de Educação Física observou a formação de grupos heterogêneos e brincadeiras em conjunto que

contrariam a idéia de repulsa entre os gêneros.

Segundo Simone, na instituição escolar o aspecto das diferenças sociais está presente o tempo todo e, em vários momentos, existe a separação de grupos de garotas e garotos. A própria seleção de conteúdo para as atividades pode ser restritiva a um e a outro. “Há um padrão de gênero que estabelece às meninas um ideal de beleza e aos meninos um vínculo aos esportes. Com isso, o trabalho escolar muitas vezes pode ampliar o sentido desta separação. Por isso, espero que o trabalho contribua para superar as assimetrias de gênero que porventura se materializam no cotidiano escolar”, declara Simone.

Outra questão abordada em sua discussão relaciona-se às articulações entre gênero e relações raciais, ou seja, as discriminações que ocorrem nas relações escolares. “As crianças que fogem ao padrão são discriminadas”, destaca Simone. Ela descreve várias situações de conflito racial presentes na escola em que as meninas negras são expostas, como também em casos de colegas que se recusam a dar as mãos ou situações nas quais as características étnicas dessas crianças são transformadas em apelidos ofensivos. (R.C.S.)



Foto: Divulgação

A professora Simone Cecília Fernandes: interação ocorre quando criança está distante de situações institucionalizadas